



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CGC 75.924.290/0001-69

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01- 85.740-000 - Fonefax: 0xx46-35561223

Home Page: <http://www.peroladooeste.pr.gov.br> - E-mail: pmperola@brturbo.com.br

LEI N.º 601/2009

DATA: 13 de Março de 2009.

Autoriza celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Associação da Casa Familiar Rural – CFR de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Associação da Casa Familiar Rural de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, para manter suas atividades técnicas e administrativas.

Parágrafo Único. A Celebração que trata o *caput* deste artigo, terá prazo determinado pelo período de 01 de março de 2009 até 30 de novembro de 2009, sendo que poderá ser extinto a qualquer momento se uma das partes deixar de cumprir a finalidade a que se propõe.

Art. 2º. O valor mensal a ser repassado será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais, com a seguinte dotação orçamentária:

08.00 - Departamento de Fomento Agropecuário

08.02 - Divisão de Assistência Agropecuária

20.601.0631-2 031- Convênio c/ Emater e Casa Familiar Rural.

3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Art. 3º. As normas e exigências para a presente Cooperação Técnica, serão fixadas através de Contrato, que poderá sofrer alterações, havendo mútuo acordo entre as partes, e se processarão mediante lavratura de Termo Aditivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e nove.


Edsom Luiz Bagetti
Prefeito Municipal

PUBLICADO

JORNAL DE BELTRÃO
EDIÇÃO Nº 3.964 - PAG. 3B
DATA 24/03/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE
Pérola D'Oeste - Estado do Paraná
Rua Presidente Costa e Silva, 790 - Cep. 85.740-000 - Fone:
Fax 04353561233
Home Page: http://www.peroladoeste.pr.gov.br E-mail: pessacoipdo@brturbo.com

Art. 17. É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do Município, em que o serviço estiver disponível e por isso sujeito ao pagamento de tarifa.

§1º A Agência Sanitária Municipal, por solicitação da SANEPAR, exercerá seu poder de polícia e notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no caput deste artigo, sob pena das medidas administrativas correlatas.

§2º Para assegurar a exclusividade concedida por esta Lei, o contrato de programa dispõe sobre o embargo do funcionamento de poços artesianos freáticos e cisternas existentes.

§3º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e afastamento e destinação final dos efluentes sanitários, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, em especial as de edificações, ambientais, sanitárias e de recursos hídricos.

Seção VII - Dos tributos

Art. 18. A SANEPAR submete-se à legislação fiscal e tributária do município relativamente a seus bens e serviços, respeitado o ordenamento jurídico nacional. Parágrafo único. A SANEPAR está desobrigada de pagar encargos fiscais municipais ou retribuição por uso de bens municipais, seja a que título for, referente à utilização dos espaços públicos, terrenos ou não, inclusive subsolo, com o fim de implantar unidades e redes dos sistemas de saneamento básico, bem como as unidades controladoras desses sistemas, quando necessárias.

Seção VIII - Da extinção

Art. 19. Não ocorrendo a prorrogação do contrato de programa ou advindo a extinção do presente contrato, o acervo dos sistemas de água e de coleta de esgoto sanitários será do patrimônio do Município, respeitados os estatutos da SANEPAR, bem como após o Município assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo e indenizar previamente a SANEPAR pelo valor contábil das parcelas dos investimentos não amortizados ou depreciados na vigência do contrato.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a indenização prevista no caput deste artigo a SANEPAR continuará prestando seus serviços no Município até que seus créditos sejam recuperados através das tarifas.

Art. 20. Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de saneamento básico, a partir do momento em que a empresa concessionária for desestabilizada ou reparar seu controle administrativo a iniciativa privada.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO

Art. 21. A prestação dos serviços observará o plano municipal de saneamento que deverá ser compatível com planejamento estadual desenvolvido pelo ente da Administração Estadual competente, o qual deverá ser uniforme com relação à fiscalização, regulação e fixação de tarifa para o conjunto dos Municípios atendidos pela SANEPAR, observado o seu plano de gestão.

Parágrafo único. O plano de saneamento do Município observará a legislação correlata e as metas e objetivos a serem fixados no convênio de cooperação que será firmado com o Estado do Paraná.

Art. 22. O planejamento a que faz menção o caput do artigo 21, deverá estabelecer as metas a serem fixadas no convênio de cooperação que será firmado entre o Estado e Município, observado o plano de gestão apresentado pela SANEPAR, contemplados os seguintes elementos principais:

I - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com eventuais planos setoriais;

II - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;

III - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

IV - ações para emergência e contingências; e

V - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas.

Parágrafo único. O plano de saneamento, sempre que possível, deverá considerar a bacia hidrográfica e a região onde se insere o Município como unidade de referência.

CAPÍTULO IV

DA REGULAÇÃO

Art. 23. O exercício das funções de regulação e fiscalização será delegado para a entidade competente, criada pelo Governo do Estado, por meio de convênio de cooperação, sendo que ela deverá agir com transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade nas suas decisões sempre objetivando:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários, por meio de decreto editado pelo Executivo Estadual ou outro dispositivo normativo estadual correlato, mantendo os mesmos critérios em toda a área de abrangência da prestação dos serviços da SANEPAR no Estado;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas no convênio de cooperação; e

III - prevenir e reprimir os abusos de poder econômico.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. O Município poderá instituir por decreto, Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico, formado por representantes do Poder Executivo, dos Usuários e da Sociedade, que atuará consultivamente junto à entidade reguladora do contrato de programa.

Parágrafo único. Enquanto não for criado este Comitê, o Poder Executivo executará esta função.

Art. 25. Enquanto não for firmado o convênio de cooperação entre o Estado e o Município e o respectivo contrato de programa entre a SANEPAR e o Município, na forma autorizada por esta lei, a SANEPAR prestará os serviços de água e esgoto na condição de permissionária, mantidas as condições do contrato de concessão anteriormente firmado.

§1º No período necessário para a completa adaptação do Estado do Paraná às Leis Federais 11.445/2007 e 11.107/2008, regulamentadas pela Decisão Federal, 6.017/2007, referindo no caput deste artigo, a prestação dos serviços será de acordo com as Leis Estaduais de criação da SANEPAR e dos Decretos Estaduais 3.926/88, 4.266/2005 ou outro que venha a substituí-los ou estabelecer critérios para a prestação dos serviços de saneamento básico; e nas normas editadas pela concessionária, nos termos da Lei 11.066/95.

§2º O planejamento provisório adotado pelo Município será fixado pela SANEPAR, até que seja instituído o planejamento previsto no art. 21, pelo órgão estadual competente, ao qual o Município já adota nos termos desta lei.

§3º A fiscalização ficará a cargo do Executivo Municipal, até que o Estado estabeleça a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços a quem o Município delegou estas competências, nos termos desta lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pérola D'Oeste, 13 de Março de 2009.

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

LEI Nº 602/2009
DATA: 13 de Março de 2009.
Autoriza celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Pastoral da Criança de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Pastoral da Criança de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, para a realização de Ações Básicas de Saúde, Nutrição, Educação e manter suas atividades filantrópicas aos municípios de Pérola D'Oeste, Pr.

Parágrafo único. A celebração que trata o caput deste artigo, terá prazo determinado pelo período de 01 de março de 2009 até 30 de novembro de 2009, sendo que poderá ser extinto a qualquer momento se uma das partes deixar de cumprir a finalidade a que se propõe.

Art. 2º O valor mensal a ser repassado será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com a seguinte dotação orçamentária:
10.01 - Departamento de Assistência Social
10.01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08.244.0281-2010 - Atividades do Programa
3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Art. 3º As normas e exigências para a presente Cooperação Técnica, serão fixadas através de Convênio, que poderá sofrer alterações, havendo mútuo acordo entre as partes, e se processará mediante lavratura de Termo Aditivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e nove.

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 05507.
Gabinete do Executivo Municipal de Veré, em 10 de março de 2009.

LOIVORQUE RITTER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 60 / 2009

Data: 10 / 03 / 2009

SÚMULA: Nomeia os membros do CONSELHO DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO de Veré, e das outras providências.

LOIVORQUE RITTER, PREFEITO MUNICIPAL DE VERÉ, ESTADO DO PARANÁ, NA USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs-Fundeb) de Veré, assim constituído:

| MEMBROS | CPF | FUNÇÃO | SEGMENTOS |
|-----------------------|----------------|----------|---------------------------------------|
| Lidia I. Zeri | 718.268.909-04 | titular | Poder Exec. Mun. - Sec. Educação |
| Rita C. Canton | 589.135.489-68 | suplente | Poder Exec. Mun. - Sec. Mun. Educação |
| Terezinha Carneiro | 029.167.989-78 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Silvia Parica | 989.523.749-91 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Paula | 555.309.989-87 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Gilmair Orben | 044.768.768-78 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Murilo Caligotto | 048.255.059-70 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Simone C. de Oliveira | 518.529.269-53 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Verá Z. Rios | 032.346.585-78 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Carla Rita Abal | 787.090.838-87 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Sergio Tassinato | 554.979.779-87 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Deolir Caprini | 180.442.499-15 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Elida Machado | 971.989.199-87 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Janatani Fabiane | 033.395.269-31 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Patricia Zanatta | 368.978.419-00 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Elaine T. Riera | 545.876.709-87 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Irene P. Farias | 580.924.539-49 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Isolanda Bonato | 177.058.439-00 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Isolanda Bonato | 083.467.939-00 | titular | Rep. de prof. educ. básica |
| Avanildo da Veiga | 075.737.559-61 | suplente | Rep. de prof. educ. básica |
| Francieli Pontes | | | |
| Dalaine Cresina | | | |
| Abiliane | | | |

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Veré, em 10 de março de 2009.

LOIVORQUE RITTER

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Realeza

DECRETO Nº 2.167/09

10/03/2009

SÚMULA: Declara Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável o imóvel a seguir especificado.

EDUARDO ANDRÉ GAIEVSKI, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso XII do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Realeza, combinado com o disposto no Artigo 1º, Incisos I, V e VI, alínea "e" do art. 2º, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e ainda com base no art. 167 da Constituição Estadual e no art. 182 da Constituição da República Federativa do Brasil, DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável, pelo Município de Realeza através da Administração Municipal, nos termos da legislação acima mencionada, a presente matéria, o seguinte bem:

Uma área de 335,68 m² do Lote Rural nº 19, da Gleba nº 35-AM, situado do Município de Realeza, Estado do Paraná, de propriedade da Senhora Maria Salete de Melo, tendo os seguintes limites e confrontações: SUDESTE: por linha seca e reia, confronta com o Lote nº 19-A, da mesma gleba; SUDESTE: por linha seca e reia, confronta com o Lote nº 24, da mesma gleba; NOROESTE: por linha seca e reia, confronta com o Lote nº 19, da mesma gleba.

Art. 2º - A área a que se refere o art. 1º destina-se ao prolongamento da Rua Arnaldo Busate